

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA SOCIAL PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THE CONTRIBUTION OF SOCIAL THEORY FOR TRAINING IN SOCIAL SERVICE

Meire de Souza NEVES*

Resumo: O presente artigo tece reflexões sobre a formação em Serviço Social frente ao contexto contemporâneo. Baseamo-nos em análises elaboradas por autores da tradição marxista que reafirmam a pertinência da teoria social crítica para nortear os caminhos da profissão e a defesa do projeto ético-político-profissional em tempos de mundialização do capital, que traz, em seu ínterim, novos contornos para o conjunto das profissões, das relações sociais e para a sociabilidade humana.

Palavras-chave: Serviço Social; teoria social; formação profissional.

Abstract: This article reflects on training in social work across the contemporary context. We rely on analyzes prepared by authors of Marxist tradition that reaffirms the relevance of critical social theory to guide the paths of the profession and the defense of the ethical-political-professional design in times of globalization of capital, which brings in its interim, new contours for all the professions, social relations and human sociality.

Keywords: Social Work; social theory; training professional.

Introdução

Iniciamos nossas reflexões recordando que a transição do século XX para o XXI fora caracterizada por expressivas transformações societárias, as quais repercutiram em vários níveis da vida social. Tais metamorfoses em curso impõem uma sociabilidade frágil e fragmentada ao homem moderno e trazem consequências para o universo do trabalho, afetando, por conseguinte, os direcionamentos da formação profissional e o conjunto das profissões, afinal, essas podem ser consideradas como um dos mecanismos de organização e controle do trabalho.

Nessa vereda, partimos da premissa de que as profissões surgem dentro da divisão social e técnica do trabalho para atender a diferentes interesses e a necessidades coletivas, sendo chamadas a intervir nas demandas contraditórias da realidade contemporânea, como é o caso do Serviço Social. Sendo assim, são desafiadas diante dos múltiplos problemas existentes, exigindo olhares multifacetados, competências profissionais

* Mestre em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP- Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa da UNESP/GEPEFA. Docente do Curso de Serviço Social/UNIFEG-Guaxupé. Assistente Social do INSS- APS/S.S. do Paraíso. E-mail: meireoracular@ig.com.br.

sintonizadas com um referencial ético-político, teórico e crítico, para não se perderem nos limites da razão instrumental, conservadora, tecnicista, “manipuladora”, defendida pelos ideais positivistas e, portanto, úteis à manutenção dos interesses das classes dominantes, representantes do capitalismo em sua fase financeirizada (IAMAMOTO, 2008).

Nessa perspectiva, concordamos com a análise de Cardoso (2013) que, ao identificar os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil e os projetos profissionais, advoga que toda profissão possui um significado de existir e, portanto, “apresentará um projeto sobre o seu dever ser, sua autoimagem ou imagem ideal, diante de seu significado social e razão de existir socialmente. E esse *dever ser* será informado por um determinado ethos que orientará os profissionais” (CARDOSO, 2013, p.7, grifo do autor).

Diante de tal conjuntura, objetivamos neste ensaio teórico tecer reflexões para o entendimento de alguns elementos presentes na realidade em voga. Sendo assim, dividimos nossas análises em dois momentos: o primeiro discorrerá sobre o trabalho e seu significado central para a vida humana, evidenciando a pertinência da teoria social crítica para os caminhos da formação profissional do assistente social. No subsequente, teceremos pontuações acerca da conjuntura brasileira contemporânea e de seus impactos para a identidade profissional do Serviço Social, a qual está permeada por desafios, modificações e contradições múltiplas.

Categoria trabalho e teoria social: diálogos pertinentes ao Serviço Social

Introduzimos a categoria trabalho como um eixo relevante para a nossa análise, pois acreditamos que ele seja a protoforma do ser social. Igualmente, é por meio dele, em nossa sociedade capitalista, que o homem elabora sua própria história e reúne elementos para a transformação da natureza, tornando-se, pois, um elemento essencial na construção da sociabilidade humana. O trabalho, nessa ótica, pode ser compreendido como a expressão do humano e constitutivo da práxis humana (MARX, 1989).

Vale destacar que essa discussão, embora não seja nova, continua em evidência no cerne das Ciências Sociais e Humanas¹ e também na área do Serviço Social², uma vez que os autores hegemônicos em nossa profissão partem desses referenciais e com eles dialogam para o deciframento dos elementos presentes no real.

Não obstante, com o advento da política neoliberal, a reestruturação produtiva, a desproteção social, o declínio dos direitos sociais, perdemos muito, e as consequências para a classe trabalhadora são nefastas, inclusive para o Assistente Social, que também, como um trabalhador – o qual vende sua força de trabalho em troca de um salário – está

sujeito aos vários imperativos decorrentes da crise sócio-metabólica do capital, das mudanças no mundo do trabalho e da mundialização da economia.

Para um melhor diálogo sobre esse processo, recorreremos, a seguir, a alguns autores do âmbito da Sociologia e do Serviço Social: Marx, Antunes, Iamamoto, Martinelli, Netto e Cardoso, com a intencionalidade de explorar, mais amiúde, a categoria trabalho e a formação profissional em Serviço Social, bem como o significado de ambos no cerne das relações sociais.

Referenciados em Antunes, como um dos destacáveis estudiosos brasileiros e defensores da centralidade do trabalho na vida dos homens, reconhecemos a pertinência desse tema nos dias atuais, explicando a transversalidade de tal questão:

Renascendo das “cinzas”, a questão do trabalho tornou-se novamente um dos mais relevantes temas da atualidade. Muitas são as interconexões e transversalidades que mostram o trabalho como questão central dos nossos dias. Como a destruição ambiental e a questão feminina, o labor humano mostra-se como questão vital para a humanidade (ANTUNES, 2005, p.14).

É importante sinalizar que, mediante um ponto de vista sócio-histórico, o trabalho passou por expressivas alterações, provenientes das novas descobertas e técnicas que contribuíram para a adaptação do homem ao meio natural, garantindo sua sobrevivência e a perpetuação da espécie. Observemos as pontuações de Marx, com as quais concordamos, quando diz que o trabalho é um processo em que participam:

[...] o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – perna e braços, cabeças e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza eterna e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza eterna e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1980, p. 211).

Partilhamos do entendimento de que o trabalho se torna intensificado e complexo quanto mais avança e consolida o ser social em suas relações sociais, principalmente na referida fase do capitalismo financeiro.

Para compreendermos sinteticamente essa questão, buscamos em Antunes (2005), em sua importante obra “O Caracol e sua Concha”, a ideia de que, desde a antiguidade até os nossos dias, o trabalho vem sendo entendido em um movimento dual como

expressão da vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, trabalho e fadiga.

Nesse contexto, o trabalho ora propicia momentos de catarse, como também a vivência de martírio. Assim, há cenários em que é analisado sob um ponto de vista positivo e, em outros instantes, como algo extremamente dilacerante. Vejamos suas considerações sobre as contradições relativas ao trabalho:

Com o envolver humano, o trabalho se converteu em tripaliare-
originário de tripalium, instrumento de tortura –, momento de punição
e sofrimento. No contraponto, o ócio tornou-se parte do caminho para
a realização humana. De um lado, o mito prometeico do trabalho; de
outro, o ócio como liberação (ANTUNES, 2005, p. 11).

Marx (1989), pautado na concepção materialista do entendimento da história, demonstra que a produção e a reprodução da vida imediata são os fatores decisivos na sociedade. Assim, o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social em suas várias esferas (econômica, cultural, política, ideológica, entre outras).

Continuando com as premissas marxistas, recordemos que, em 1844, quando escrevia os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, destacava que “[...] o trabalhador não produz somente mercadorias³; ele produz a si mesmo” (MARX, 2006, p. 80).

Todavia, sob a égide do capital, o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, pois, com a valorização do mundo das coisas, dá-se o processo de desvalorização do mundo dos homens.

Nessa ótica, o trabalho estranhado se torna um grande sacrifício, porque é forçado e obrigatório, uma vez que é por meio de sua força de trabalho, transformada em mercadoria, que o trabalhador procura garantir sua subsistência. Então, o trabalho não é, por isso, “[...] a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2006, p. 83).

Marx, com uma sutileza admirável, consegue nos chamar a atenção sobre a necessidade de pensarmos na essência humana e não nos perdermos nos valores utilitaristas e mercadológicos das coisas, permanecendo num processo permeado pela reificação, própria do modo de viver oriundo do sistema capitalista.

O autor em destaque, no século XIX, já havia feito a crítica ao modo de viver de todos os dias em que a maioria dos homens permanece presa ao mundo da imediatez, carente de encontrar a inteireza do humano, ou seja, poder explorar todas as possibilidades e capacidades.

Ao elaborar a crítica à propriedade privada, ele demonstra que esta é a expressão da vida humana estranhada, isto é, sob a hegemonia do capital, o homem torna-se destituído de sua própria vida, numa ânsia pelo *ter*. Assim, a propriedade privada nos fez:

[...] tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é nosso (objeto) se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização (MARX, 2006, p. 108).

Ricardo Antunes⁴ (1995) demonstra que as profundas modificações, ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho, alteraram as organizações do processo de produção e, por consequência, favoreceram novos imperativos na ordem sócio-metabólica do capital.

Também seguindo o direcionamento apresentado, concordamos com Iamamoto (2008), a qual destaca que, com o processo de reestruturação produtiva e as alterações na esfera trabalhista, intensificaram-se os desdobramentos da questão social⁵, uma vez que propiciou a precarização nas formas de trabalho, elevando o índice de desemprego estrutural, trabalhos sazonais e informais, além do desmonte dos direitos trabalhistas intensificados nestes “tempos de capital fetiche”.

À vista disso, para o Serviço Social – objeto de nossa análise –, tal questão ganha relevo, uma vez que pertencemos a uma categoria que envereda esforços para resistir às investidas do capital.

Não obstante, ao defendermos o trabalho protegido, a formação profissional com qualidade, os direitos sociais da população, o fortalecimento das políticas sociais públicas e a aspiração a uma nova ordem societária sem exploração e dominação de classe, caminhamos, como sugere Iamamoto (2003) na “contramão” do que está posto, tornando-nos frentes de luta e resistência.

E, para discorrer sobre luta e movimento de resistência nesta conjuntura imbricada de contradições com impactos para a formação profissional, vale resgatar alguns marcos fundamentais realizados na profissão, que favoreceram uma base teórico-crítico no âmbito do Serviço Social na tentativa de desvincular-se do tradicionalismo, moralismo, espontaneísmo, pragmatismo e conservadorismo, que caminham de “mãos dadas” com a manutenção do “*status quo*”.

Igualmente, reconhecemos o esforço imputado pela categoria em se afastar da forte influência conservadora, neotomista e positivista que marcou o início da profissionalização do Serviço Social, conforme fora explicitado nos estudos de Martinelli (2007), ao analisar a identidade profissional assinalada pela alienação, nos quais os assistentes sociais possuíam a “ilusão de servir”, executando ações com viés moralizador e apolítico.

Assim, merece recordar que, nos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 1980, houve um processo de amadurecimento teórico, resultante de esforços direcionados à produção do conhecimento alicerçado na teoria social crítica. Sobre isso, baseamo-nos em Netto (1999), o qual afirma que a teoria social crítica (a qual está sendo referenciada na tradição marxista) “sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente, isto é: as ações humanas são sempre orientadas para objetivos, metas e fins” (NETTO, 1999, p. 93).

A esse respeito, lembramos que alguns clássicos, representantes de uma vertente teórica crítica, como Marx, Gramsci, Lukács, Hobsbawn, Lênin, Florestan Fernandes, Agnes Heller e Karel Kosik, influenciaram a profissão, contribuindo para o desvelamento da sociedade burguesa, ao potencializar um arcabouço e uma solidez na interpretação de diversas questões de grande pertinência para a atuação cotidiana nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais. Como por exemplo, citamos: o entendimento das relações sociais, o modo de vida capitalista e seu processo de acumulação, a produção e reprodução da vida em sociedade, o papel das ideologias, o papel do intelectual orgânico, a centralidade do trabalho, a questão social e seus desdobramentos, a ontologia do ser social, a estrutura da vida cotidiana, a mediação e a práxis, o método materialista histórico e dialético, entre outros.

Essa interlocução teórica, proposta pelos pensadores que analisam algumas categorias elencadas acima, contribuiu, sobremaneira, para a qualificação da formação profissional ao fortalecer as dimensões: ético-políticas, solidificando os rumos teórico-metodológico e técnico-operativos do Serviço Social, posto que concordamos que os profissionais necessitam de tais competências para materializar as intencionalidades da profissão no exercício profissional (GUERRA,1995), porque acreditamos ser impensável uma postura metodológica distante de um alicerce teórico que amplie a leitura da visão de homem-mundo-sociedade e as mediações, tão indispensáveis ao trabalho do Assistente Social para não se perder na alienação.

Nesse prisma, é válido ressaltar que a discussão acerca do processo de formação profissional do Assistente Social não se constitui uma temática esgotada, sendo que

continua merecendo destaque ultimamente e, por conseguinte, demanda um revisitar constante pelos diversos espaços e instâncias deliberativas e formativas dessa categoria, como o conjunto CFESS-Conselho Federal de Serviço Social/CRESS-Conselho Regional de Serviço Social e ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social /ENESSO-Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

Também essa pauta se estabelece como eixo de análises e aprofundamentos de estudiosos e pesquisadores do Serviço Social (Iamamoto, Yasbeck, Netto, Guerra, Santos, Barroco), que enriquecem o debate em voga, apontando possibilidades e desafios presentes para a profissão, na era da mundialização do capital. Essa nova fase traz em seu germe a expansão exorbitante do ensino superior num contexto de extensiva privatização e precarização das condições trabalhistas, o incentivo e a regulamentação dos cursos a distância – os quais oferecem uma formação baseada na cultura do “*fastfood*” – sem se preocupar com a qualidade da formação, além do desemprego, insegurança, adoecimento no trabalho e despolitização cada vez mais ascendente na categoria profissional. Nesse prisma, fazemos jus às ponderações de Iamamoto (2008), que, ao elucidar sobre a cena atual, alerta que tais determinantes acoplados ao processo de formação profissional do Assistente Social trazem “inéditas consequências para o projeto norteador da profissão no país” (2008, p. 43).

A preocupação que nos instiga para este introdutório ensaio teórico é a reafirmação da centralidade da teoria social crítica como sustentação essencial em tempos neoliberais intensificados pelo capital fetiche, nos quais a reificação, a alienação e o trabalho estranhado se solidificaram no âmbito da sociedade moderna, trazendo uma inversão de valores.

Sob esse prisma, o sujeito passa a ser tratado como “coisa”, e o que se percebe é uma abrupta banalização da vida. As relações sociais entre pessoas impregnadas de interesses de classes aparecem como relações entre seres sociais coisificados.

Não obstante, nesse ínterim, também não podemos desconsiderar que, embora tenha havido um avanço no arsenal teórico e um amadurecimento intelectual e político do Serviço Social brasileiro pós-movimento de reconceituação, sintonizado com um pensamento crítico, não é possível ignorar a expansão da produção pós-moderna, presente no cenário contemporâneo, que atende aos interesses do capital. Cardoso (2013) reforça nosso olhar diante de tal realidade e corrobora que a pós-modernidade influencia negativamente o Serviço Social. Vejamos na íntegra seu posicionamento, o qual clareia o que almejamos demonstrar:

Tem ganhado força na sociedade capitalista e neoliberal, no contexto em que vivemos, o avanço do neoconservadorismo e das formas de explicar a realidade que justificam o capitalismo e suas crises, como é o caso do pós-modernismo. Essas referências também têm impactos no Serviço Social, demarcando outra tendência: a retomada da individualização na atuação profissional, da correção dos distúrbios, dos processos terapêuticos, e uma forte marca na ênfase na dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, dissociada das outras dimensões (CARDOSO, 2013, p. 238).

Tal produção pós-moderna nega a sociedade de classes e retoma elementos neoconservadores que favorecem posturas e posicionamentos profissionais que se distanciam da defesa das premissas previstas em nosso projeto ético-político profissional, como: liberdade, autonomia, justiça, emancipação e plena expansão das capacidades dos indivíduos.

Outra análise sobre a questão da perspectiva pós-moderna é feita por Castro (2013), que se referencia nos estudos de Lukács e Coutinho para avaliar alguns elementos da pós-modernidade, os quais obscurecem o entendimento da dimensão estrutural acerca do real. O mesmo destaca que o pós-modernismo, ao recusar a perspectiva de totalidade, revela um caráter irracionalista, enquanto o fetichismo da técnica, hoje tão em moda, “revela uma razão posta a serviço da instrumentalidade” (CASTRO, 2013, p. 237). O autor faz uma importante crítica, demonstrando que tal visão, aliada ao neoliberalismo, favorece o processo de despolitização geral da sociedade e também da cultura. Vejamos suas colocações:

[...] para o pós-modernismo, os grandes relatos estão superados, não têm mais sentido e levam ao totalitarismo, e em vez de as lutas serem travadas em prol de valores universais, estas devem se voltar para a afirmação das identidades e das diferenças (CASTRO, 2013, p. 237).

Longe de ousarmos buscar respostas a essa problemática, a qual precisará ser aprofundada nas próximas décadas por toda a categoria profissional, apenas sinalizamos que partimos do ponto de vista dos autores – com os quais estamos trabalhando –, que defendem o projeto ético-político-profissional, entendendo-o como um instrumento de luta política e possibilidade de reafirmar o compromisso do Serviço Social com as classes trabalhadoras e subalternizadas.

E, nesse prisma, ousamos sinalizar que é impossível decifrar a conjuntura posta, desconsiderando a análise da sociedade de classes marcada por interesses antagônicos. Para isso, é de fundamental importância que tenhamos um direcionamento claro para subsidiar nossas ações e posicionamentos profissionais a fim de não cairmos nas

armadilhas do conservadorismo que marcaram a atuação profissional em seu germe, direcionando a responsabilidade de responder às manifestações da questão social numa ótica de moralização e culpabilização dos indivíduos, grupos ou de suas famílias, retrocedendo nas conquistas galgadas.

Nesse palco permeado por intensos nós górdios, percebemos que a perspectiva marxista não está superada e precisa ser ainda mais fortalecida, juntamente com a tradição crítica tão bem defendida pela ABEPSS e toda a categoria profissional.

Acreditamos, também, que são os homens, enquanto seres sociais, que necessitam se constituir em sujeitos da práxis – movendo esforços para ultrapassar a imediaticidade e a singularidade rumo ao humano-genérico.

Sendo assim, torna-se preciso direcionar esforços coletivos num sentido de promover ações que visem à transformação da realidade – eis um dos desafios latentes – para os rumos da formação profissional no universo do trabalho. Para isso, as alianças com vários segmentos sociais, categorias e movimentos sociais, congruentes com tais perspectivas de uma nova ordem de sociedade são de grande valia. Afinal, a identidade profissional mediante um viés dialético, é atingida substancialmente pelo contexto societário em voga. Não obstante, velhos e novos dilemas e desafios caminham juntos, demandando um olhar e posicionamento crítico. É sobre isso que continuaremos o debate a seguir.

Conjuntura brasileira e identidade profissional: permanências e rupturas em movimento

*“A história é o produto da práxis de sujeitos humanos coletivos”
(Goldmann)*

Discorrer sobre identidade profissional do Assistente Social no seio da sociedade capitalista e, mais particularmente, na conjuntura brasileira, demanda-nos perceber as múltiplas contradições que demarcam seu desenvolvimento. Nesse sentido, faz-nos afirmar que há permanências e intenções de ruptura na consolidação do projeto profissional, ora avançando na decodificação do real, outras vezes colidem ou retroagem posturas conservadoras em pleno século XXI.

Ao realizarmos um breve itinerário sobre o germe do Serviço Social no Brasil, compreendemos que sua origem está diretamente relacionada ao cenário conjuntural que caracterizava o país na década de 1930.

É na emergente sociedade urbana industrial, em um contexto peculiar do capitalismo monopolista (que se desenvolveu tardiamente na realidade brasileira), que se

gestam as condições concretas para a instauração das práticas profissionais do Serviço Social, como uma das respostas de setores burgueses aliados à igreja católica diante da questão social incipiente.

Netto (1996), ao analisar a profissão no bojo do capitalismo monopolista, corrobora que é na:

[...] consolidação da sociedade burguesa madura que surge o Serviço Social com sua base sustentada nas modalidades do Estado burguês que se defronta com a questão social por meio das políticas sociais. É nesta processualidade histórico-social que se põe o mercado de trabalho para o assistente social, e este passa a ter sua ação profissional reconhecida ‘como um dos agentes executores das políticas sociais’ (p. 70).

Os expressivos estudos que versam sobre a institucionalização e a profissionalização do Serviço Social no cenário brasileiro demonstram que, inicialmente, as funções atribuídas ao Assistente Social situavam-se numa perspectiva de ações, as quais visavam ao ajustamento dos indivíduos à ordem social, com a finalidade de manter o “*status quo*”. Ou seja, esses profissionais desenvolviam intervenções assistenciais e educativas junto aos indivíduos, grupos, famílias e comunidades, sem elementos de criticidade e compromisso com a transformação efetiva das situações opressoras presentes naquele contexto.

Sabemos que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, conforme trabalhamos anteriormente, tendo na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Sendo assim, desde a sua origem, o Serviço Social possui uma dimensão educativa (IAMAMOTO, 2008), uma vez que seu surgimento está ligado às próprias necessidades do capitalismo, o qual precisa de intelectuais orgânicos⁶ para difundir seus ideais e estilo de vida.

Isso posto, merece destacar que, com todas as mudanças sociopolíticas, aliadas à agudização da questão social, os próprios assistentes sociais brasileiros passaram a questionar as teorias e metodologias utilizadas em suas respectivas intervenções profissionais nos diversos espaços de trabalho, as quais não davam respostas satisfatórias à realidade dos sujeitos atendidos pelas mesmas.

Com o Movimento de Reconceituação Profissional⁷, a profissão inicia uma intenção de ruptura com as teorias e metodologias europeias e americanas que não respondiam ao contexto brasileiro.

Nessa época, novos autores passaram a ser buscados para o Serviço Social. Dentre eles, situam-se: Antonio Gramsci, Louis Althusser, Karl Marx, Georgy Lukács, Agnes

Heller, Paulo Freire, entre outros, que contribuíram, em suas análises, para o desvelamento da sociedade capitalista permeada por interesses antagônicos.

Vale ressaltar que, principalmente a partir da década de 1980, com a inserção da teoria social crítica respaldada nas análises marxistas, aliada ao contexto social em questão, ampliou-se o debate sobre a pertinência da construção de um novo currículo para o curso de Serviço Social que conseguisse responder aos múltiplos desafios vigentes. Essa nova proposta ganhou centralidade com a aprovação das Diretrizes Curriculares e com o novo currículo, aprovado em 1996, pela ABEPSS.

Tal currículo representa uma consonância com as novas configurações presentes no mundo do trabalho e as expressões da questão social, agudizadas nesse contexto de retração do Estado em sua atual fase neoliberal.

Entre alguns princípios preconizados pela nova proposta de formação profissional se encontra a inseparabilidade entre: ensino, pesquisa e extensão, privilegiando a não dicotomia entre teoria e prática.

Nesse ínterim, verificamos que, no que tange ao processo de formação profissional, existem alguns pontos a serem debatidos, conforme retrata Marilda Iamamoto, ao corroborar que muitos problemas concernentes a essa temática:

[...] estão nas políticas de estágio-pesquisa, no ensino da prática, no precário desenvolvimento de relações acadêmicas entre os centros de formação e as instituições do mercado de trabalho, que oferecem campos de treinamento profissional, na rede de intercâmbios entre Universidade e o meio profissional (IAMAMOTO, 2003, p. 193).

Observamos que, conforme os apontamentos da autora, é pertinente que as universidades proporcionem um intercâmbio com os diferentes espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional, buscando o fortalecimento da política de estágio. Tais elementos contribuem para que o processo de aprendizagem esteja ligado aos imperativos do Projeto-Ético-Político do Serviço Social, o qual deve ser visualizado como a autoimagem de uma profissão (NETTO, 1999), além de constituir-se como uma:

[...] construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (REIS, 2006, p. 419).

Assim, para que essa perspectiva se efetive, não se pode reduzi-la a uma simples preparação para o emprego ou, conforme pondera Iamamoto (2003), a um supermercado

ou laboratório de prestação de serviços estabelecido pela estrutura burocrática ou técnica da Universidade, imposto de forma vertical.

No que tange ao papel da universidade⁸ e seu compromisso com uma sociedade democrática e justa, é pertinente enfatizar que essa instituição formadora não deve ignorar a realidade social na formação de futuros profissionais. Marx e Engels, em sua obra “A Ideologia Alemã”, trazem considerações acerca da tentativa de a universidade contribuir com um processo transformador. Em suas palavras:

A Universidade poderá ser aceita como instrumento transformador do real, quando estiver atuando sobre as mudanças das circunstâncias, mas também sendo transformada por essas mesmas circunstâncias. Não devemos nos esquecer de que o próprio educador tem que ser educado (MARX; ENGELS, 1989, p. 108).

Notamos que o ponto de partida para a formulação do conhecimento são os próprios homens, em suas múltiplas atividades de trabalho e nas relações sociais que os mesmos geram. Nesse contexto, Kunzer (1992) amplia essa visão, demonstrando que “o espaço de produção efetiva do conhecimento é a práxis, onde se supera o saber pedante e se produz o saber revolucionário” (p. 22).

A autora assinala, também, que as instâncias de articulação com o movimento do real, como a pesquisa, os estágios e a extensão, acabam por se constituir em atividades marginais. Nesse ínterim, ela adverte que:

Cair na vida, penetrar no caos, no buraco negro das relações sociais concretas onde as explicações não são suficientes, onde o conhecimento é frágil, onde a competência formal não serve, é uma aventura que a poucos atrai. É mais confortável o útero morno e seguro da mãe academia (KUNZER, 1992, p. 22).

Avançando nessas reflexões, compartilhamos da prerrogativa de que a construção do conhecimento deve ser referenciada a partir da realidade concreta em suas múltiplas determinações. Também acreditamos que o conhecimento produzido no universo acadêmico seja orientado por uma vinculação orgânica com a prática profissional dos pesquisadores, afinal, esse conhecimento precisa estar alicerçado em princípios éticos e políticos que priorizem a democracia, a justiça social e o compromisso com a sociedade.

E, diante disso, não podemos esquecer a dimensão interventiva, que está subjacente ao trabalho profissional do Assistente Social, necessitando de qualificação contínua e referenciada num arsenal crítico para estar sintonizada com as classes subalternas e de um projeto transformador para não cair nas posturas e armadilhas já alertadas por

Iamamoto (2003), como: messianismo, fatalismo, burocratismo, endogenismo, militantismo, teoricismo, pragmatismo, tecnicismo, entre outras que nadam “contra a maré” da formação e intervenção profissional crítica, saindo da rota do que defendemos até o presente momento.

Como sinalizamos nas reflexões anteriores, a identidade do Serviço Social esteve, por muitas décadas, sintonizada com o pragmatismo, ranço do conservadorismo e com marcas do viés alienante e acrítico. Por isso, concordamos com Martinelli (2006) que, ao discutir identidade profissional, pontua que há permanências e rupturas em jogo.

Merece enfatizar que todo o esforço travado no bojo da categoria profissional, embora não seja unânime, pautou-se numa tentativa de defesa da substancialidade do projeto profissional que, sinteticamente, caminha na defesa de políticas sociais de caráter estatal e pública, ampliadoras de direitos e da cidadania.

Caminhando para a finalização de nossos apontamentos, trazemos algumas explanações contundentes, tecidas por José Paulo Netto acerca da atual conjuntura política brasileira neste século XXI, marcada pelo governo do PT – Partido dos Trabalhadores – e seus impactos para o Serviço Social, que merecem uma atenção maior.

Em suas palavras, “a conjuntura própria do governo de Luiz Inácio Lula da Silva ocasiona para as vanguardas profissionais do Serviço Social dilemas inéditos, assim como possibilidades de desenvolvimentos igualmente novos” (NETTO, 2004a, p. 21). Postula que o que está em jogo é a autonomia política para conduzir o projeto ético-político-profissional que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990, sendo imprescindível retomar os componentes histórico-políticos da gênese de tal projeto profissional.

O autor apresenta vários argumentos, corroborando que importantes lideranças profissionais do Serviço Social que conduziram o III CBAS em 1979, nos anos seguintes, convergiram partidariamente com a liderança de Lula, pois viam-no como um aliado fundamental.

Netto (2004) demonstra que “a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos profissionais sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impossível” (2004, p. 22). Vale salientar que aquele projeto constitui-se autonomamente, uma vez que “se a relação com o PT (e não só com ele: conta também a sintonia com os movimentos sociais) contribuiu e influenciou na sua elaboração, sua constituição não se subordinou a nenhuma ingerência extraprofissional” (NETTO, 2004, p.22).

A questão levantada por Netto, que também nos intriga e tomamos a liberdade de levantar neste artigo, está direcionada ao seguinte emblema: qual a atitude da vanguarda

profissional – cujos representantes são profissionais “de campo”, pesquisadores, docentes, estudantes que foram ou são militantes petistas – quando tal partido “implementa uma prática governamental que colide essencial e francamente com a programática política (agora claramente demarcada da prática partidária proposta no projeto profissional)? (NETTO, 2004, p. 24).

O autor analisa que, para além de julgamentos de valor acerca do comportamento no plano individual de tais protagonistas singulares, há a necessidade de um debate coletivo para um confronto de ideias entre todos os níveis da categoria (profissional e acadêmico) com a reiteração dos mesmos procedimentos democráticos que motivaram a constituição do projeto ético-político. Assim, para finalizar suas pontuações, concordamos com seus argumentos de que não devemos cair nas posturas do atalho do possibilismo (tentar fazer o possível, já que este é nosso governo) ou no moralismo (o PT traiu a população). Vejamos sua contraproposta de resistência diante de situação constatada:

Salvo melhor juízo, só nos resta, enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político: preservar a autonomia das nossas organizações (o conjunto Cfess-Cress, a Abepss e, no caso dos estudantes, a Enesso) em face do governo e do PT (e de todo e qualquer partido) (NETTO, 2004, p. 24).

Em suma, ele explicita que houve uma postura de autonomia profissional de nossa categoria nos mandatos de FHC, tendo em vista que a orientação política divergia e inviabilizava o projeto profissional. Também alude que é necessário manter tal perspectiva, uma vez que o governo Lula prossegue a orientação política de FHC. E nós nos arriscamos a acrescentar, pautados no que temos acompanhado nestes mais de três anos de governo “Dilma”, que o caminhar estabelecido pela presidenta em voga, segue em consonância com o mesmo ideário político-econômico de FHC e Lula, ou seja, não visualizamos intenção de ruptura com a política neoliberal em curso no apogeu da mundialização do capital.

Agora nos questionamos diante de tal cenário: quais caminhos devemos trilhar para defender elementos presentes no projeto ético-político-profissional, resultante de um longo debate coletivo, se estamos na contracorrente do sistema capitalista?

Inegáveis foram as conquistas galgadas, todavia, também sabemos dos desafios postos. E, chegando às aproximações finais deste ensaio teórico, trazemos a visão de Barroco (2004) e a perspectiva de Yamamoto (2003) para elucidações da questão em voga.

Barroco (2004) destaca que é fundamental para o desenvolvimento do projeto ético político, além da conjuntura favorecida pela “democratização da vida política brasileira, a organização política da categoria e seu acúmulo teórico, especialmente no campo da tradição marxista” (p. 29).

Também ressalta que, no patamar da sociedade burguesa, onde há o avanço da barbárie e das formas de violência, miséria, desemprego e exclusão social em nível mundial, defender direitos humanos coloca-se como mais uma frente de luta, em que:

[...] o projeto profissional objetiva suas dimensões éticas e políticas: éticas, porque supõem escolhas de valor dirigidas à liberdade; políticas porque buscam criar condições objetivas, no âmbito da luta pela hegemonia, para a defesa daqueles valores (BARROCO, 2004, p. 41).

Já Iamamoto (2003) aponta questões relevantes diante da crise atual a qual vivenciamos. Ela sugere que cabe ao assistente social redescobrir novas possibilidades e alternativas para o trabalho visando:

[...] traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciaram, não **só como vítimas, mas como sujeitos** que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2003, p. 75, grifo nosso).

Em síntese, no contexto das contradições societárias existentes, muitas reflexões e desafios continuarão em aberto.

Considerações Finais

Mediante as proposições tecidas no decorrer de nosso estudo, corroboramos a necessidade de afirmação do aspecto político emancipador do projeto ético-político-profissional e da pertinência de assegurar os princípios preconizados no Código de Ética Profissional de 1993, da Lei que regulamenta a profissão e das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social preconizadas pela ABEPSS. Tais alicerces da formação profissional imprimem uma direção social guiada pelo materialismo histórico e dialético, legitimando a práxis profissional transformadora, entrelaçando-a a valores ético-políticos como fundantes da intervenção social crítica.

A organização política, que historicamente se constituiu como um dos caminhos para o encontro de interesses coletivos e superações de diversas situações opressoras, precisará ser ainda mais fortalecida no bojo de toda a categoria profissional.

Almejamos que as conquistas presentes no âmbito profissional possam se solidificar e permanecer, mesmo sabendo da arena político-econômica movida pelo capital financeiro e por todas as questões que caminham juntas na contemporaneidade.

Num outro contraponto, esperamos que se concretizem rupturas com tudo aquilo que prejudica os caminhos da formação profissional, como é o caso do pós-modernismo, os ranços do neoconservadorismo, aliados ao neoliberalismo.

Em síntese, compreendemos que a história é um contínuo vir a ser. Então, o debate, longe de dar-se por encerrado, continua na atualidade e, provavelmente, ficará em aberto sempre. Todavia, arriscamo-nos em pontuar que arcaicos e inéditos desafios continuam em evidência no âmbito da formação profissional, conclamando o coletivo profissional (estudantes, profissionais, pesquisadores, docentes) a defender o arsenal teórico já acumulado da tradição crítica para a sustentação da formação e atuação profissional qualificada e coerente com todos os ideais presentes no projeto ético-político-profissional.

Conduzido pela perspectiva supramencionada, requisita-se que os assistentes sociais estejam sintonizados com os aportes da teoria social crítica para um entendimento mais ampliado acerca das condições de vida, de trabalho, das formas de organização e de luta das classes subalternas, visualizando os usuários dos serviços, como sujeitos – os quais sofrem e vivem níveis de alienação em suas vidas cotidianas, porém, também podem resistir aos imperativos do capital.

Assim, procuramos, no desenrolar do texto, compreender, de uma maneira aproximativa, referenciados em autores da tradição teórico-crítica, alguns fundamentos presentes na conjuntura brasileira que demandará esforços coletivos para que não ocorra um retrocesso nas conquistas históricas da nossa profissão, a qual sabemos que, desde a sua origem na sociedade capitalista, caminha num campo minado de interesses sociais antagônicos.

Referências

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho*: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, M.L.S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, v.79, p.27-42, 2004.

CARDOSO, P. F.G. *Ética e Projetos Profissionais*: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, R. Os 40 anos sem Lukács e o debate contemporâneo nas ciências humanas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, vol. 114, p. 207-239, 2013.

GUERRA, I. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KUNZER, E. *Para estudar o trabalho educativo como princípio Educativo na Universidade*: categorias teórico-metodológicas. Curitiba: Análisis, 1992.

MANACORDA, M. A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político-profissional. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2006.

_____. *Serviço Social*: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1980. L.1.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MÉSZAROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília, CEAD, 1999.

_____. A Conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, v.79, p. 5-26, setembro, 2004a.

_____. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.7.ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

NEVES, M.S. *Vidas precarizadas*: um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca-SP, 2011.

REIS, M. B. M. dos. Notas sobre o projeto - ético-político do Serviço Social. *Coletânea de Leis*, CRESS- 6º Região, Janeiro de 2006.

TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

Notas

¹ Ver estudos de Marx (1980), Mézszáros (2003), Antunes (1995; 1999; 2005), Giovanni Alves (2000), Tavares (2004).

²O projeto de formação profissional do Serviço Social contemporâneo possui um cariz marxista e são vários os autores que compartilham da teoria social crítica para o deciframento da realidade e compreensão da questão social, considerada objeto de investigação e intervenção da profissão.

³O conceito de mercadoria foi retratado de uma forma brilhante por Marx (1980, p. 41) e concordamos com o mesmo quando destaca que “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”

⁴Antunes (1995) traz uma preciosa contribuição acerca da problemática que envolve o trabalho na sociedade capitalista, mostrando as profundas metamorfoses que ele vem passando e discutindo a centralidade dessa categoria para os nossos dias.

⁵Muitos foram os trabalhos realizados discorrendo acerca da questão social, todavia, no presente trabalho, esta será entendida como fazendo parte “do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 2003, p. 77).

⁶Conforme elucida Manacorda (1990), o conceito de Intelectual orgânico é analisado por Gramsci, que o diferenciava do Intelectual tradicional. Para ele, o Intelectual orgânico é aquele elaborado pela classe no contexto do seu desenvolvimento, podendo ser tanto burguês quanto proletário. Já o tradicional é aquele que não está ligado necessariamente a uma classe social.

⁷Para um conhecimento de todo o processo histórico concernente ao Movimento de Reconceituação no Brasil, merece a leitura da obra de Netto (2004), intitulada “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64”.

⁸A Filósofa Marilena Chauí (2001) traz uma contribuição sobre a problemática da Universidade nessa época de fragmentação das esferas da vida social, alertando-nos sobre os riscos de a produção universitária estar convertida à lógica do fetichismo da mercadoria em que os “produtos” do sistema universitário atendam mais aos direcionamentos da produção global do que às reais necessidades da sociedade.

Artigo recebido em: 10/12/2013. Aprovado em: 20/01/2014.